



ASSOCIAÇÃO DOS
OFICIAIS DA
RESERVA NAVAL

BOLETIM INFORMATIVO

ANO II • Nº4 • PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL • ABRIL/JUNHO 1997

HOSPITAL DA MARINHA

2º CENTENÁRIO

U

m privilégio

para 3000 membros

da

AORN

- Usufruir para ti e até quatro acompanhantes, em qualquer época do ano de um desconto de 30% sobre os preços de balcão no alojamento dos **Aldeamentos Turísticos de Pedras D'El Rei e Pedras da Rainha em Tavira - Algarve**;

- Usufruir, para ti e até quatro acompanhantes, em qualquer época do ano, de um desconto de 25% sobre os preços de balcão no alojamento (dormida e pequeno almoço) nas seguintes unidades do **Grupo Hoteleiro Fernando Barata**:

Mónica Isabel Beach Club (Albufeira)

Forte de S. João (Albufeira)

Hotel Sol e Mar (Albufeira)

Hotel Suiço-Atlântico (Lisboa)

Aparthotel Auramar (Albufeira)

Hotel Sol e Serra (Castelo de Vide)

Hotel Mar à vista (Albufeira)

Hotel Dom Fernando (Évora)

Oleandro Country Club (Albufeira)

Hotel São João (Funchal)

Residencial Vila Recife (Albufeira)

- Usufruir das vantagens de um protocolo para a formação, a concluir com o IPFEL, Instituto de Línguas e Informática, com centros de formação distribuídos por vários pontos do país, com o objectivo de oferecer aos sócios descontos de 20% (mais 10% no caso de pronto pagamento), na frequência de qualquer dos cursos ministrados por aquele instituto.

Adicionalmente e para cursos específicos de línguas e informática, não programados pelo Instituto, os sócios e familiares poderão contactar o IPFEL, para a possibilidade de aulas individuais ou workshop, **com as mesmas vantagens**;

- Utilizar a messe de Marinha em Cascais;
- Vai ser assinado um protocolo com uma empresa de formação, na área da náutica de recreio, que permitirá à AORN promover cursos com vista à preparação para os exames nas diversas categorias de desportista náutico, nomeadamente, marinheiro, patrão de vela e motor e patrão de costa. Os cursos destinam-se aos Associados e seus familiares e decorrerão nas instalações da AORN. Os interessados deverão enviar a sua inscrição para a sede da Associação.

Em **turismo de habitação**, extensivo até cinco acompanhantes, na margem esquerda do rio Douro. Em qualquer época do ano, na Vila de Resende, com desconto de 30% no alojamento (dormida e pequeno almoço).





Editorial



*Publicação Trimestral da Associação
dos Oficiais da Reserva Naval
Nº 4 • Ano II
Abril/Junho de 1997*

Administração e Redacção
Fábrica Nacional da Cordoaria
Rua da Junqueira
1300 Lisboa
Telefs.: 362 68 40 / 362 68 39 (Fax)

**Design gráfico, maquetização,
paginação, fotocomposição,
fotolito e montagem**
M. LEMA SANTOS

Publicidade e artes gráficas, lda.
Pct.º Alexandre Herculano, lt 4 - C/Esq.
Massamá - 2745 Queluz
Telefs.: 439 00 34 / 437 70 53 (Fax)

Tiragem
3000 exemplares



Como médico e ex-oficial da Reserva Naval, orgulho-me, e isso está expresso no meu curriculum vitae, da minha passagem pelo Hospital da Marinha.

O Hospital da Marinha foi o mais antigo Hospital de Lisboa onde tive a oportunidade de passar no exercício da minha actividade profissional. Com efeito, o mesmo celebrou há pouco os seus dois séculos de existência.

O alvará régio da sua fundação data de 2 de Setembro de 1797.

Nos seus 200 anos de história, o Hospital da Marinha continua a constituir o “apoio em terra às gentes do mar” e, dessa actividade, posso pessoalmente testemunhar o suporte de rectaguarda fundamental que o mesmo prestou durante o período em que prestei serviço militar na Reserva Naval, como que continuando a dar seguimento ao ditado pela Rainha, no seu alvará de fundação.

Com efeito, todos os médicos da Reserva Naval passaram pelo Hospital da Marinha, vindo posteriormente a integrar inúmeras unidades navais de altíssima operacionalidade. Foi no Hospital da Marinha que todos foram preparados e instruídos cuidadosamente em relação à especificidade do “Mar”.

Mas a actividade do Hospital da Marinha não se limitou à classe dos médicos navais.

Teve também, pelo menos nas décadas de 60 e 70, uma excelente Escola de Enfermagem que preparou, igualmente, um elevadíssimo número de profissionais de alta qualidade e vocacionados para o mar e sem os quais a actividade médica não seria possível.

Foi igualmente no Hospital da Marinha que foram preparados medicamentos e testados equipamentos específicos a serem utilizados em unidades navais de múltiplos tipos, mas sempre de elevada operacionalidade.

São dignos de ser apreciados no Hospital da Marinha os equipamentos cirúrgicos históricos, bem como as antigas instalações da Farmácia recentemente restauradas.

Tudo isto só foi possível graças ao elevado nível profissional do pessoal que sempre integrou aquela unidade de saúde militar.

“Mudam-se os tempos mudam-se as histórias”, mas o Hospital da Marinha persiste, mantém-se vivo e aberto, como que a dar seguimento ao alvará da sua fundação de 2 séculos. Assim estende, mediante protocolo nas mais variadas valências, a sua actividade assistencial aos ex-oficiais da Reserva Naval.

Constitui este acto, para todos nós ex-oficiais da Reserva naval, o admirável e reconhecido privilégio de, passadas algumas décadas sobre a nossa passagem pela Armada, continuarmos a ser considerados como membros da “Família Naval” de quem todos nós guardamos recordações e momentos inesquecíveis.

O Hospital da Marinha continua a ser um grande Navio em porto seguro.

*Ricardo Migães de Campos
Ex-2º Ten. MN RN
11º CFORN*

PROTOCOLO COM O HOSPITAL DA MARINHA



O Almirante Vieira Matias, Chefe do Estado-Maior da Armada presidiu à assinatura do protocolo com o Hospital da Marinha

...numa cerimónia singela, de que mais se não pretendia, um marco histórico no estreitamento dos laços entre a Marinha de Guerra e a AORN.

No passado dia 7 de Maio, foi assinado um protocolo entre o Hospital da Marinha e a AORN, consagrando aos nossos associados, seus cônjugues e respectivos ascendentes e descendentes, o direito de utilizarem os serviços clínicos, os meios auxiliares de diagnóstico e os meios de internamento daquela unidade hospitalar.

A cerimónia da assinatura, simples mas marcante de significado, foi presidida pelo Almirante Vieira Matias, Chefe do Estado Maior da Armada, estando naturalmente presentes o Director e Sub-Director do Hospital da Marinha, CMG MN Dr. José Albino da Costa Rebelo e CMG MN Dr. Rui Abreu, respectivamente e, pela AORN, os Presidentes dos Órgãos Sociais e restantes membros da Direcção.

O Director do Hospital da Marinha e o Presidente da Direcção da AORN assinam o protocolo



A cerimónia, que teve lugar na bonita sala da Farmácia, decorreu num ambiente de grande cordialidade a que não foi alheia a presença do Vice-Almirante Duarte Reis, Superintendente do Serviço de Pessoal, Contra-Almirante Mendes Cabeçadas, Chefe de Gabinete do CEMA, Contra-Almirante Celestino da Silva, Director do Serviço de Pessoal, Contra-Almirante MN Dr. Correia Trincão, Director do Serviço de Saúde, os médicos Dr. Ricardo Campos e Dr. Magalhães Crespo e de alguns médicos nossos camaradas.

Na circunstância, foram proferidas palavras de apreço mútuo e de incentivo ao aprofundamento dos laços existentes entre a Marinha e a AORN.

Após esta cerimónia, realizou-se um almoço na sede da AORN, em que participaram todas as entidades que a ela assistiram



Na sede da AORN, o Chefe do Estado-Maior da Armada Almirante Vieira Matias, assina o livro de honra



... mais uma ocasião de franco e agradável convívio

e ainda, o Contra-Almirante Joel Pascoal e o Vice-Almirante Brito e Abreu, bem como o nosso camarada MN Dr. José Pires Pereira.

Verificámos, e com que agrado o verificámos, que o pretexto do almoço constituiu mais uma ocasião de franco e agradável convívio.

As palavras proferidas tiveram o mesmo rumo a que, felizmente, nos vamos habituando: gentileza, cortesia e alegria em todos falarmos da Marinha de Guerra.

COMO BENEFICIAR DO ACORDO ESTABELECIDO COM O HOSPITAL DA MARINHA

- 1- Os termos do protocolo assinado devem ser lidos com atenção.
- 2- No caso do sócio, basta apresentar o respectivo cartão, onde será colocada uma vinheta com o ano de validade (que irá ser enviada logo que possível).
- 3- Desde já, e em caso de necessidade, pode recorrer-se aos serviços do Hospital mesmo sem vinheta.
- 4- Para que possamos emitir um cartão para identificação dos familiares de cada sócio, deverá ser enviada, para a sede da AORN, uma declaração nos termos da seguinte minuta:

Declaração

Eu, _____, Sócio nº _____ da AORN, declaro por minha honra que os familiares a seguir indicados se encontram nas condições do número primeiro do protocolo assinado entre o Hospital da Marinha e a AORN.

Nome (máximo 20 caracteres)

Grau de parentesco

B.I. Nº

Assinatura do sócio

- 5- Existe uma só condição: o sócio tem de ter as quotas em dia. Assim, se é o seu caso, envie um cheque para a AORN a regularizar a sua situação.

NO HOSPITAL DA MARINHA

A recente assinatura do protocolo, permitindo o acesso a ex-oficiais da Reserva Naval e seus familiares directos aos cuidados de saúde prestados pelo Hospital de Marinha constitui, por si só, razão bastante para um estreitar do relacionamento que, da parte da AORN, se deverá entender como um dever de apoio em todos os domínios de actividade do hospital onde a nossa colaboração seja possível.

A recolha de elementos que permitissem avaliar, em toda a sua dimensão, os problemas que esta Unidade Hospitalar tem, foi o objectivo primeiro desta nossa visita.

Nesse sentido e durante mais de três horas, estabelecemos um diálogo interessantíssimo com o seu Director, o CMG MN, **Dr. José Albino da Costa Rebelo**.

A fachada actual do Hospital da Marinha



Assim, avançou-nos com um plano director para o Hospital, fundamentado na modernização das áreas de internamento por patologias, reformulação de serviços e unidades de apoio, criação de circuitos verticais e horizontais permitindo uma funcionalidade efectiva e uma melhoria das condições de segurança.

“O plano incluía a aquisição do edifício anexo, velha aspiração desta casa, que permitiria aumentar em 50% a nossa capacidade de internamento. Porém, nesta data, esta solução está inviabilizada a médio prazo, já que o referido edifício foi, entretanto, vendido pelo proprietário a outra entidade.

Como solução alternativa, está em projecto a ampliação das actuais instalações que pensamos poderem suprir,

em certa medida, as actuais carências de espaço.

As obras previstas permitirão a instalação de uma moderna central de esterilização, a reinstalação de consultas e serviços, nomeadamente Cardiologia, Endocrinologia, Medicina Interna e a recuperação de áreas de internamento, algumas fechadas há anos.

No próximo futuro, a criação de uma Unidade de Cuidados Intensivos dimensionada à nossa medida, a reinstalação do Bloco Operatório e a instalação de uma Central de Gases são outros objectivos do plano.”

Paralelamente, a comemoração do bicentenário do Hospital da Marinha, ocupa o Dr. Costa Rebelo e a sua equipa pretendendo publicar um livro, historiando os duzentos anos passados.

Criado por alvará régio do então Príncipe D. João (futuro D. João VI), em 1797, teve em D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e do Ultramar, o grande impulsionador desta construção, nos terrenos do antigo Colégio dos Jesuítas, ao Paraíso.

“É hábito, quase piada naval, ouvir dizer aos camaradas mais antigos, que sempre conheceram o Hospital de Marinha em obras. Esse hábito é uma constante com mais de um século de existência”.

De uma publicação que nos foi oferecida, transcrevemos:

“...Tem esta velha nau continuado a navegar, efectuando as mudanças necessárias que lhe têm permitido passar da energia eólica às dos turbocompressores, da navegação pelo sextante ao radar e aos satélites, numa ânsia permanente de modernização e actualização que a mantenha a par dos grandes galeões da saúde.

“...A aquisição do edifício anexo era velha aspiração desta casa...”

Durante essa conversa, foram-nos apresentadas questões relacionadas com o espaço disponível, a modernização dos quartos e enfermarias, a segurança contra incêndios, a melhoria dos acessos e da circulação interna vertical, a comodidade dos utilizadores, o corpo clínico especializado, o pessoal paramédico e auxiliar, a manutenção dos equipamentos técnicos, como o aquecimento e a ventilação, a aquisição e modernização dos equipamentos de tratamento e diagnóstico, os projectos e obras de construção civil, os acordos com entidades externas para apoio aos militares da Armada, o aumento da capacidade de oferta de serviços e muitos outros temas que seria fastidioso enumerar nesta descrição.



Simultaneamente, e quase que em permanência, sofre o seu cavername as alterações que lhe conferem não só melhores condições de trabalho à sua guarnição mas, sobretudo, que lhe emprestam a dignidade que os seus passageiros merecem.

Esta mensagem final reflecte todos os anseios, planos e certezas, que, de uma forma “cheia de saúde”, o Director do Hospital de Marinha nos transmitiu.

De uma simpatia extrema, o Dr. José Albino da Costa Rebelo, com quem pela primeira vez contactávamos, deixou-nos a sensação de o termos como amigo de longa data e, pouco faltou para terminarmos com um tratamento por “tu” tal a cordialidade do encontro.

A AORN vai actuar de imediato em vários domínios, nomeadamente no apoio técnico



“... Hospital de Marinha está sempre em obras...”

à edição do livro do bicentenário do Hospital, bem como na área de segurança e dos

orçamentos para a criação e modernização dos circuitos de circulação horizontais e verticais.

De igual modo vai proporcionar à Direcção do H.M. o conhecimento do valor de custo de algumas remodelações na área da construção civil, que foram tema deste encontro.

Outras iniciativas que permitam cimentar a ligação entre a AORN e o Hospital da Marinha foram igualmente abordadas, de forma a permitir um perfeito conhecimento das capacidades desta Unidade, propiciando um eventual apoio dos médicos ex-Reserva Naval, interessando-os numa colaboração profissional efectiva.

Reportagem conduzida por:

José Pires de Lima
4º CEORN

Manuel Lema Santos
8º CEORN

PESSOAL E SERVIÇOS DO HOSPITAL DA MARINHA

Efectivos militares e civis:

Oficiais	73
Sargentos	138
Praças	67
Pessoal civil	198

Pessoal de saúde:

Médicos	73
Farmacêuticos	4
Enfermeiros	123
Paramédicos	52
Auxiliares de Acção Médica	53

Capacidade de internamento: 128 camas distribuídas por 6 enfermarias; 4/5 camas na Unidade de Cuidados Intensivos; previsão de aumento de mais 10 camas durante o ano corrente.

Bloco Operatório: Com 3 amplas salas para grande cirurgia e sala anexa para pequenas cirurgias; dois intensificadores de imagem e aparelho de RX portátil; material para laparoscopia e artroscopia; microscópio cirúrgico.

Serviço de Imagiologia: Rx convencional, Ecografia, Mamografia, Tomografia axial computadorizada.

Centro de Medicina Hiperbárica: Único a nível nacional e existente no H.M. desde Junho de 1989; a

Especialidades Médicas:

partir de 1992, tem a funcionar um serviço de urgência permanente, 24 horas por dia; a maior parte dos doentes atendidos são civis, orientados para este Centro pelos Hospitais da área de Lisboa.

Anestesiologia; Cardiologia; Cirurgia Geral; Cirurgia Plástica; Cirurgia Vascular; Dermatologia; Endocrinologia e Nutrição; Estomatologia; Fisiatria; Gastroenterologia; Ginecologia; Hematologia Clínica; Imagiologia; Medicina Interna; Neurologia; Oftalmologia; Oncologia Médica; Ortopedia; Otorrinolaringologia; Oxigenoterapia Hiperbárica; Patologia Clínica; Psiquiatria; Urologia; Pneumologia (a reabrir em breve).

Actividade de 1996:

Doentes internados	1369
Intervenções cirúrgicas	841
Análises clínicas	307.250
Exames radiológicos	24.931
Exames ecográficos	2.984
Ex. rad. computadorizados	356
Electrocardiogramas	8.106
Electroencefalogramas	366
Exames endoscópicos	677
Tratamentos fisiátricos	41.525
Consultas externas	64.882

NA FRAGATA DIOGO CÃO, EM 1962

Corria o ano de 1962 e, a fragata Diogo Cão, imobilizada na ponte - cais do Arsenal do Alfeite “jazia” em fabricos passados que estavam oito meses.

Fabricos ao ritmo de trabalho de gente cansada, dando tempo à chegada de outros navios necessitados, não fosse haver pessoal sem nada para fazer, o que certamente daria uma má imagem do estaleiro mais famoso da época.

Enquanto o pessoal de bordo se “divertia” diariamente em múltiplas tarefas, desde o batuque do “pica e raspa” para os de Manobra, passando pelas rotinas dos radares para os Radaristas, das peças de artilharia para os Artilheiros ou do pára-arranca para os geradores a cargo dos Electricistas ou Condutores de Máquinas, o tempo corria com a esperança de um dia fazer voltar a navegar um navio que, por vezes, se poderia pensar estar condenado a servir de simulador flutuante, aproveitando para dar tempo de embarque a marinheiros necessitados dele para promoção.

Confesso que a minha decisão de me oferecer para ingressar na Reserva Naval, presupunha duas condições fundamentais: primeiro que me fosse exigido saber nadar, segundo que me fosse dada a oportunidade de embarcar num navio em condições de navegar.

Não sendo assim, teria decidido cumprir o chamado serviço militar num qualquer quartel da “magala”, com direito a duche frio uma vez por semana e, a rancho melhorado, quando o Presidente fosse eleito.

Já toda a guarnição tinha frequentado a Escola de Limitação de Avarias na esperança de, melhorando os conhecimentos nesta matéria, poder vir a contribuir para o acelerar das reparações do navio. Pura ilusão, que só ao pessoal civil do Arsenal era dado o estatuto técnico para tal tarefa.

Não restava outra alternativa que não fosse aguentar firme, aprendendo e melhorando conhecimentos, integrados, entretanto, no Plano de Adestramento Operacional, treinando nos simuladores existentes na Base Naval, “afundando” navios de superfície, submarinos, pirogas e outras espécies raras, incluindo aviões que por azar ou sorte entrassem no ângulo de tiro das nossas peças.

Nada escapava à nossa perícia e, posso garantir que ganhámos todas as batalhas travadas.

Viesse a guerra e não tenho dúvidas que seria um sucesso tremendo.

Finalmente, em Dezembro desse ano, chegou a boa nova. O navio tinha data



NRP Diogo Cão

marcada para as provas de mar com as indispensáveis compensações da Giro e Corrida da Milha.

Para a história, aqui ficam os nomes dos Oficiais que compunham a Câmara do navio nessa data.

Comandava **CFR** Henrique Mateus da Silveira Borges; **Imediato**, o **CTEN** Gabor Albert Ferdinand Ziegler Patkoczy, um nome que levei três meses a decorar, sem saber que era conhecido pelo Sr. Silva; o **1º de Máquinas**, o **1º TEN EMQ** Fernando da Silva Nunes; o **2º** e o **3º**, respectivamente o **2º TEN EMQ** Rui Patrício Figueiras e o **GM EMQ** Mário Abrantes Rodrigues de Almeida.

Completavam o grupo, o **1º TEN** Raul Trincalhetas Janes Semedo, nas **Comunicações**, o **1º TEN** António Augusto Gomes da Silva, na **Artilharia**, o **2º TEN** José Carlos Lobato de Faria Roncon, nas **Armas Submarinas**, o **S/TEN RN** José Manuel de Oliveira Bacharel, na **Navegação**, e o **ASP RN** José Augusto Pires de Lima, no **Centro de Informações de Combate**.

Gente tão diferente que soube, por essas mesmas diferenças, criar um espírito de camaradagem e demonstrar uma operacionalidade que ainda hoje recordo; como recordo de forma especial os nomes dos três primeiros que terminaram já o ciclo inexorável da vida e que foram, cada um à sua maneira, três referências para um jovem Aspirante RN.

Nesse dia, ajudados por rebocadores, o navio largou com destino ao Mar da Palha, terminando a faina amarrado à Bóia, no Quadro dos Navios de Guerra, frente ao Terreiro do Paço.

Como aperitivo para o primeiro dia, não nos podíamos queixar.

Na manhã seguinte, dando volta à faina da largada, seguimos rumo à Barra Sul, com destino ao local determinado para as provas finais.

Céu limpo, mar de pequena vaga, vento fraco do quadrante Norte e boa disposição, eram as condições ideais para o sucesso da missão.

Passara já o 1º Quarto a navegar. A primeira mesa de almoço dera lugar à segunda. A Corrida da Milha repetia-se, confirmando valores obtidos nas anteriores passagens pelas marcas.

Tudo corria de feição. De repente, deixando o Cabo Espichel pela alheta de Bombordo, um estouro monumental se ouviu, acompanhado de fumo negro saído da chaminé do navio.

Não estando em causa a eleição Papal, só um acidente poderia justificar o fenómeno.

Que provinha da caldeira da Máquina, não havia dúvidas. Dúvidas havia quanto ao motivo e extensão das consequências.

A decisão tomada foi a do regresso à Base, a velocidade reduzida, não fosse termos de repetir a façanha do navegador que deu o nome ao navio e que subiu o rio Zaire, desde a foz até Noqui, à força dos braços da guarnição que, da margem, puxaram pela nau rio acima.

No dia seguinte, novamente no Alfeite, arrefecida a caldeira, procedeu-se à abertura da respectiva porta de visita.

A surpresa não podia ter sido maior. Obstruindo os tubos colectores, por onde

livremente deveria passar o vapor gerado pela caldeira, um objecto estranho dava testemunho da causa do acidente. Nada mais, nada menos, do que uma saca de serapilheira, vulgarmente usada para proteger as costas dos operários, quando tinham de executar tarefas deitados em locais mais sujos, ali estava exposta à curiosidade geral.

Como seria de prever, perante tal “esquecimento”, o estoiro verificado estava justificado.

Foram mais de duas semanas de imobilização, com o pessoal fazendo horas extraordinárias em esforço redobrado, como é timbre de quem se sente de consciência comprometida.

Ficou por saber, pelo menos que seja do



O “beliche” da saca de serapilheira...

meu conhecimento, se essas horas extraordinárias foram pagas a dobrar, ou se foi identificado algum culpado de entre os muitos que ao longo dos oito meses de fabrico foram encontrados a dormir na Casa das Máquinas, durante as horas de serviço, mas que por não serem militares não estavam sob a alçada do Comando do navio.

Também não é questão de importância, tanto mais que sempre fomos um povo de brandos costumes.

Com fotografia do então GM EMQ Mário Rodrigues de Almeida, aqui fica a prova do acontecimento.

José Augusto Pires de Lima
4º CEORN (1961)

DA PONTE AO CONVÉS

Destina-se esta rubrica do nosso boletim à publicação de textos que reproduzam episódios alegres ou mesmo granelados da nossa passagem pela Marinha de Guerra.

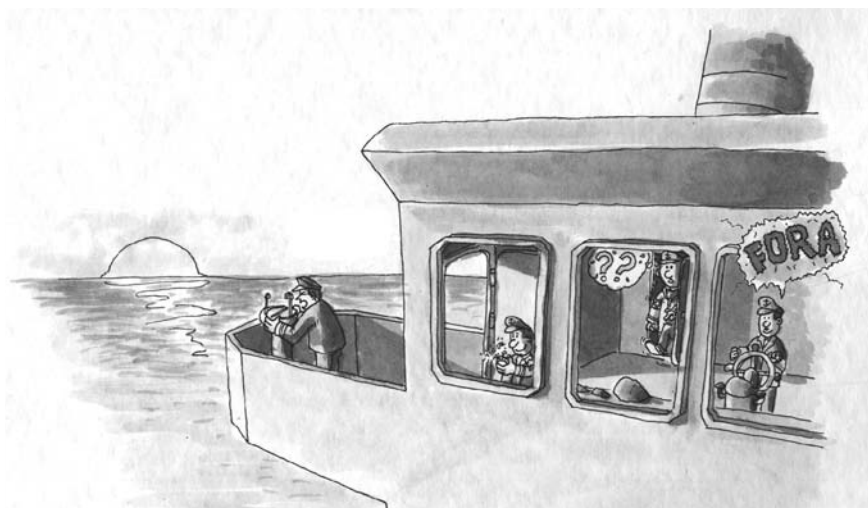
Para que eles (os episódios) aqui apareçam é só preciso escrevê-los e mandar para a AORN com a indicação do título DA PONTE AO CONVÉS.

Pela minha parte levanto o ferro.

“Quando da viagem de instrução do 8º curso, a bordo da Fragata Corte Real, tive a oportunidade de fazer não só os meus quartos, mas também colaborar nos quartos de outros camaradas que se encontravam em condições físicas menos boas, face aos estragos causados pela ondulação.



Viagem de instrução do 8º CEORN a bordo da Fragata “Corte Real”



“... o marinheiro do leme gritava, fora, fora, fora!!!”

Dado que o RDM não impedia que, paralelamente ao cumprimento das tarefas que nos estavam cometidas no quarto à Ponte, se participasse em momentos de boa disposição no sentido de levantar o ânimo dos enjoados, fiz juz a esta tarefa.

Havia um nosso camarada médico que aproveitava a circunstância e aparecia com frequência na Ponte sempre que eu estava de serviço.

É bom lembrar para perceber o episódio que durante o quarto se fazia a compensação da giro com a magnética ao rumo indicado, com o marinheiro do leme gritando, fora, fora, fora!!!

Esta nota é desnecessária para aqueles que pertenceram à classe da Marinha, mas para os outros...

A partir de certa altura o dito médico deixou de aparecer na ponte como habitualmente fazia.

Questionando um dia esse camarada sobre as razões da sua ausência na Ponte, explicou-me com toda a naturalidade que, certo dia, quando acabara de subir a escada para a Ponte alguém lhe gritava fora, fora, fora... razão pela qual não havia voltado a aparecer.

Aqui fica o registo das consequências de alguma falta de conhecimentos navais.

Posso garantir-vos que a falta de conhecimento é só neste domínio naval, porque como cardiologista dizem-me que não é marinheiro, é Mestre.

Manuel de Sousa Torres
8º CEORN

MILHAS PERCORRIDAS

Sem utilizarmos equipamentos sofisticados, temos navegado com os nossos próprios meios, que podemos classificar de seguros e entusiastas.

Continuamos a trabalhar na constituição do nosso museu, que pode a breve trecho ser concretizada, logo que estabilizado o problema das nossas instalações.

O nosso camarada Pires de Lima assumiu as funções de “conservador” do dito museu e é possuidor já de algum material; tem, com afinco, procurado recolher elementos e documentação ligados à nossa passagem pela Armada.

Aproveitando as suas deslocações de âmbito profissional a Angola, o nosso camarada Morgado Sequeira estabeleceu contactos com o Chefe do Estado Maior da Marinha daquele país, no sentido de se poder proceder à recolha de documentação e material que de algum modo esteja ligado a muitos de nós que passámos por aquele território.

A lembrança dos tempos do tinto do Paiol, entusiasmou-nos para dar corpo à ideia de proporcionarmos aos sócios, vinhos de qualidade com rótulos exclusivos da AORN; lançámos recentemente ou melhor dizendo, no dia da última Assembleia Geral, um tinto de Palmela que é um espanto, o que atesta o stock reduzido existente.

Já se trabalha para disponibilizar vinhos de outras regiões, mas sempre primando pela qualidade, exigência dos nossos provadores cujo número tem aumentado ultimamente.

Mudando de rumo, o que quer aqui dizer mudando de assunto e não como alguns podiam estar a pensar, passar do tinto para o branco, podemos dizer que o nosso emblema de lapela está na fase de ensaios, para se poder passar à fase da produção, ou melhor dizendo, está em “fabricos”.

Firmes na ideia de fortalecermos as liga-

ções com a Marinha de Guerra, temos mantido, nesta matéria, um nível de prontidão assinalável.

A Direcção esteve representada na cerimónia da posse do novo Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante Vieira Matias. Passados uns dias apresentámos cumprimentos ao novo CEMA.

Foi uma conversa agradável ao bom estilo do convívio numa camara de Oficiais.

Ficou bem expressa nessa troca de impressões, que as razões que nos mantêm muito próximos se baseiam no respeito mútuo entre Oficiais do Quadro Permanente e da Reserva Naval mantendo viva a ideia, de ainda hoje podermos ser úteis à Marinha de Guerra.

Também na tomada de posse da nova Direcção do Clube do Sargento da Armada, a AORN esteve presente.

Realce ainda para a homenagem prestada à memória do nosso sócio Henrique Anjos, tragicamente desaparecido na Baía de Cascais, tendo a AORN integrado a comissão de honra, juntamente com a Associação de Armadores e Pescadores de Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Clube Naval de Cascais e o Centro FORPESCAS, estando presente nas várias cerimónias que culminaram com o descerramento de uma placa toponímica com o nome de Henrique Anjos na Praça da Lota de Cascais.

A Direcção da AORN foi convidada pelo C/ Almirante Castanho Paes para um almoço na Escola Naval. Se a qualidade do repasto merecia muitas estrelas, o convívio proporcionado com outros convidados presentes, foi de tal modo agradável que nos fez recuar tempos sem darmos por isso.

O Comandante da Escola Naval soube transmitir-nos o pulsar da Marinha e o desejo de nos mantermos ligados afectivamente à instituição que há cerca de 40 anos nos começou a acolher.

Felizmente, sem estarmos doentes, temos ido com alguma frequência ao Hospital da Marinha.

Primeiramente, assistimos à cerimónia de abertura das comemorações do 2º centenário daquele Hospital.

Realizou-se já a assinatura do protocolo entre o H.M. e a AORN, acontecimento noutra local relatado.

Embora esta assinatura não esteja incluída no programa oficial das comemorações do 2º centenário do H.M., não temos dúvidas que este protocolo é um marco importante das referidas comemorações.

A velocidade com que estava a percorrer estas milhas, já me ia fazendo esquecer a Assembleia Geral.

No dia 12 de Abril teve lugar no I.S.N.G. a Assembleia Geral Ordinária da AORN.

Presente mais de uma centena de associados, alguns acompanhados de familiares.

Navegou-se com mar calmo, vento fraco e a velocidade de cruzeiro.

Algumas caras novas com ar de velho, outras caras velhas com ar de novo.

Foi uma reunião pacífica com superior Direcção do Presidente Ernani Lopes.

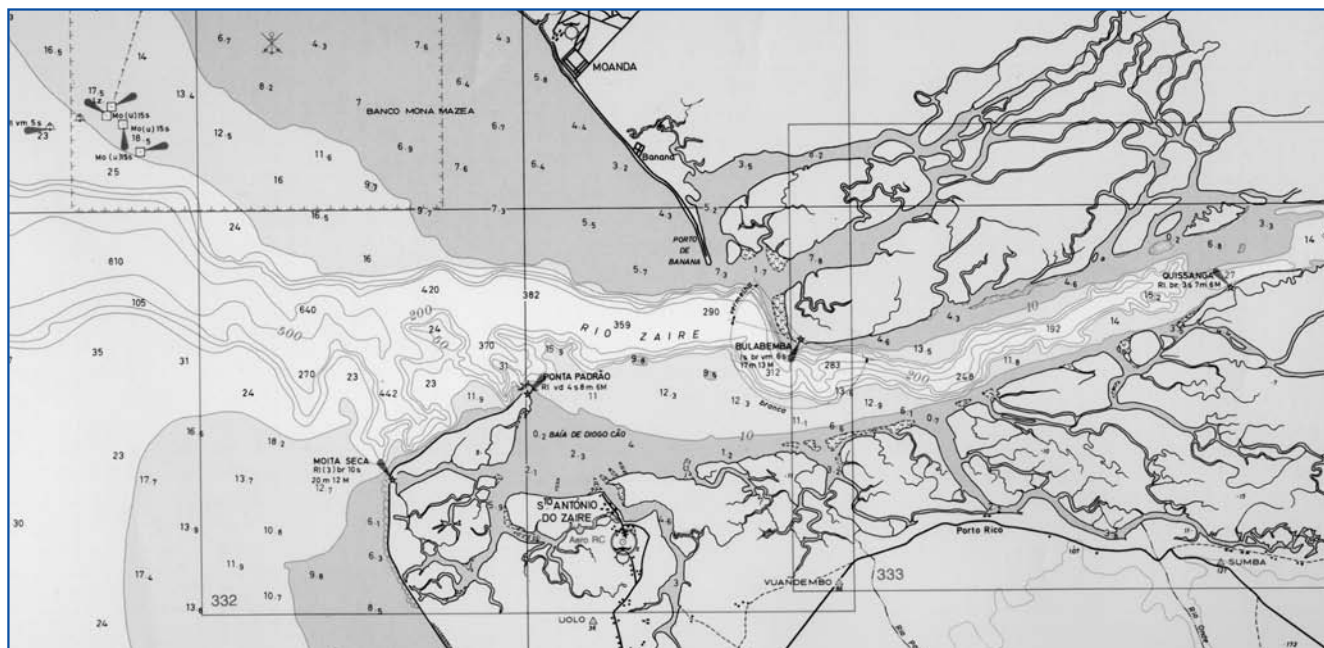
Prestados os esclarecimentos a quem os pediu sobre a vida da Associação e aprovadas as contas, o Presidente de Direcção Rodrigues Maximiano fez o relato geral do ano de actividade.

Realce para o almoço que se seguiu, servido de forma impecável pela messe do Instituto Superior Naval de Guerra.

Não deixamos de assinalar a presença, constante e muito simpática, do C.M.G. EMQ Aniceto Pinto e do 1º Tenente Marinheiro, do corpo de Oficiais do I.S.N.G. durante este dia de confraternização da AORN.



MEDITAÇÕES ACERCA DA PEDRA DO FEITIÇO



Foz do rio Zaire

Faz precisamente trinta e um anos que comandei o posto da Pedra do Feitiço, junto ao Rio Zaire. Contemplando o grande rio com a sua força (no tempo das chuvas um bote era levado pela corrente a 3,8 nós) muitas vezes meditei no enorme e épico esforço de Diogo Cão (que lhe chamou Rio Poderoso) e seus homens a subir a pulso este rio, verdadeiramente poderoso, até às cataratas de Ielala, a 81 milhas da foz, bem a montante de Noqui onde, no nosso tempo, o Rio Zaire deixava de ser fronteira internacional e penetrava naquilo que designávamos o Congo-Kinshasa. Mobutu em 1966 já estava no poder! Mas naquela meditação heroico-épica, e inseridos na experiência militar que vivíamos, instintivamente dávamos como sendo um dado adquirido o facto, algo ilógico, que Portugal estava na Pedra do Feitiço desde o tempo de Diogo Cão!

Ora, estudando com mais vagar e maturidade a história da região descobri, para meu grande espanto, que a grande Pedra do Feitiço só foi finalmente e definitivamente ocupada pelos Portugueses em Agosto de 1915, por uma coluna do Tenente Fernandes que ocupou os fortes da margem esquerda do rio. Em Janeiro de 1916, saiu outra coluna de Noqui, batendo centros rebeldes estacionados nesta margem esquerda, por caminhos que, num mapa moderno, não é possível assinalar.

É pois extraordinário de reflectir que quando comandei “a Pedra”, em 1966, esta só se tornara verdadeiramente portuguesa em termos estáveis, militares e portanto políticos, 50 anos antes!

Aliás, a Pedra do Feitiço faz parte da grande saga que foi a afirmação territorial e política de Portugal na bacia do Zaire contra as ambições de outros países europeus nos finais do século XIX. É também curioso meditar que, no momento em que escrevo estas linhas, Mobutu acaba de abandonar Kinshasa e o novo chefe Kabila entrou na cidade.

E o país que nós, Fuzileiros, contemplávamos do outro lado do rio internacional, jaz despedaçado e destruído, minado por desgoverno e corrupção, onde grassam várias guerras civis e onde novamente se chocam interesses internacionais combatidos “por procuração” por grupos locais.

Em termos de direito internacional, Portugal, só em 1885, assinou em Berlim uma Convenção com a Association Internacional du Congo reconhecendo os direitos das futuras possessões de Leopoldo II da Bélgica.

Em termos práticos, Portugal abandonava as suas reclamações à margem direita do Rio Zaire. Restava um enclave com contornos vagos (só estava delimitado a sul e a leste) que incluía Cabinda e Molambo. É o que hoje se designa por Cabinda e de onde a Cabinda Gulf Oil Company exporta petróleo (sendo as instalações americanas, ironicamente, protegidas até há bem pouco tempo, por cubanos!), é de longe a maior fonte de divisas fortes para o Governo de Luanda.

Embora, em 1885 tenha sido assinada uma convenção, muito restava ainda por fazer, no sentido de fazer prevalecer os direitos então aceites. Com efeito, o chamado

“scramble” de África envolvera países como a Alemanha e a Bélgica, que, em termos históricos, pouca ou nenhuma presença em África tinham tido. A comunidade internacional, reunida no Congresso de Berlim, aceitara aquilo que denominou de doutrina da ocupação efectiva, contrapondo esta tese aos argumentos históricos, sobretudo de Portugal. Portugal estivera em muitos pontos - Diogo Cão na Pedra do Feitiço, por exemplo - mas pontualmente, esporadicamente. Era muito difícil para um pequeno país pobre, desorganizado e geralmente envolvido em outros problemas considerados, na altura, bem mais importantes, empenhar-se numa presença efectiva em África. Por vezes construira Fortes mas também muitas vezes, e por diversas razões, os abandonara. Ali jaziam velhas ruínas que atestavam a nossa presença histórica, mas também o nosso abandono. “Os argumentos arqueológicos portugueses” como se referia Lord Salisbury, Primeiro Ministro Britânico. Foi esta nossa incapacidade perante as grandes potências, que culminou no Ultimato de 1890 e na humilhação nacional que esse incidente nos trouxe, e que tão profundamente marcou uma geração e as instituições políticas na altura.

Mas, voltando ao Rio Zaire, em 1879, as margens deste rio eram uma espécie de “no-man’s land” político. Havia presença comercial portuguesa em ambas as margens, o português era a língua fraca. Vários portugueses estavam comercialmente estabelecidos em Boma e Banana, por exemplo, que em 1966 eram pequenas cidades

congolesas. Muitas vezes, ao Domingo de manhã, aproximávamo-nos de Boma a partir da Pedra do Feitiço, para ver umas escassas europeias a banharem-se no rio. Tais proximidades irritavam as autoridades locais que as consideravam provocatórias.

Recordo-me que recebi ordens expressas para não o fazer.

Tendíamos a ser, no fim do século, uma espécie de intermediários entre o subdesenvolvimento africano e a Europa industrial. Contudo, estas feitorias pagavam direitos costumeiros aos chefes locais. Sobretudo na costa norte, vários outros países tinham enclaves comerciais (como os franceses) e cada um arvorava a bandeira que entendia. Ameaçando os nossos direitos, também havia missionários católicos (franceses) e baptistas (ingleses).

A partir de 1880 começa a corrida aos tratados na parte do Baixo Rio Zaire. É assim que o francês Brazza, agindo para a França, assegura com o tratado Makoko, o domínio francês de Pont Noire e o futuro Congo Francês, hoje Congo-Brazzaville, onde nós tínhamos uma forte presença comercial. O tratado causou viva indignação entre nós. Em 1883, a marinha francesa desembarca em Pont Noire onde encontra forte resistência (os Africanos apreciavam-nos mais!). Em 1884, há uma intervenção por parte de duas canhoneiras nossas na margem norte do Zaire contra os Solangos (perto de Porto de Lenha, entre Boma e Banana) que tinham atacado feitorias portuguesas.

Em Fevereiro de 1884, assinou-se um tratado anglo-português, o chamado Tratado do Zaire, que nos permite ocupar as duas margens do rio até Noqui (houvera concessões em Moçambique).

Contudo, este Tratado suscitou a oposição de Leopoldo II, de Bismarck e ainda da França. Assim, e sobretudo devido à Alemanha,



Patrulha de fuzileiros na zona de Quissanga

este tratado é denunciado pela Inglaterra em Junho do mesmo ano. Recordamos que a presença Belga, na altura, fazia-se através de uma empresa privada cujo proprietário era o Rei Leopoldo II. Só mais tarde (1908) é que a comunidade internacional, movida pelos relatórios de brutalidades para com os nativos, obrigou o estado belga a adquirir a responsabilidade soberana por aquilo que então se passaria a chamar o Congo Belga. Os representantes do Rei Belga tentaram, em 1884, adquirir direitos de soberania sobre Boma. Ferreira do Amaral, Governador Geral de Angola, envia três navios sob o comando de Brito Capelo.

Capelo assina uma convenção com as autoridades gentílicas locais. Nos começos de 1885, concluem-se tratados com os sobas de Banana, Boma e de Santo António do Zaire. Mas foi sol de pouca dura e não houve continuidade de presença militar.

Finalmente reconhecemos o inevitável e um acordo entre Portugal e a Association International du Congo, atrás referida, foi

assinado em Berlim, em 14 de Fevereiro 1885. Portugal renunciava à margem direita do Zaire e Ambriz reconhecidos internacionalmente. Ainda houve problemas com os britânicos em Santo António do Zaire, mas esta fronteira estava consolidada quanto à comunidade internacional. Não o estava quanto às populações locais.

No começo deste século há constantes “guerrazinhas” com os Solangos na margem sul e interior. Assim, há expedições militares repressivas nesta área em 1900, 1901 (houve duas neste ano), 1902, 1908 e 1910.

Em 1913 dá-se uma grande revolta na zona do antigo reino do Congo (S. Salvador) motivada pelos abusos de recrutamento forçado para as roças de São Tomé. Os Solangos, em Outubro desse ano, recusam na Pedra do Feitiço o angariamento e, em Novembro, atacam o posto de Sumba e de Quifuma. Norton de Matos suspende o recrutamento para São Tomé em 1914. Sumba é reocupada nesse mesmo ano, mas pouco tempo depois novamente perdida como foi Quissanga e a Pedra do Feitiço. Na margem esquerda só Noqui e Mossuco não foram invadidas, pois ali, uma canhoneira bombardeou os insurrectos. A repressão e reocupação processam-se lentamente. Começa em Janeiro de 1915 e só em Agosto é que o Tenente Fernandes reocupa a Pedra do Feitiço. Só em 1916 estava a zona da margem esquerda do Rio Zaire pacificada.

A guerra regressaria em força em 1961, quarenta e cinco anos depois.

Instalações Navais de St^o. António do Zaire



FRAGATA "D. FERNANDO II E GLÓRIA"

CARTA ABERTA AOS CAMARADAS DA RESERVA NAVAL PARA A SUA RECUPERAÇÃO

Com a assinatura de um protocolo em 2 de Outubro de 1990, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 151, de 3 de Julho de 1992, a Marinha e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses acordaram em desenvolver um projecto de recuperação e utilização do navio, para o que contaram, desde logo, com o apoio do Governo que assegura 50% do seu custo global.

Este projecto, previsto estar concluído no início de 1998 e ter custo de 1.400.000 contos, compreende várias fases, que se iniciaram com as operações de reflutuação e remoção do velho navio do Rio Tejo, local onde esteve encalhado e abandonado durante três décadas, depois de ter sido destruído parcialmente por um incêndio e vão terminar, quando pronta a recuperação, com a sua integração no património do Museu de Marinha, como navio-museu flutuante.

Com o lançamento à água da D. Fernando no dia 8 de Abril de 1997, no estaleiro da Ria-Marine, em Aveiro, deu-se por concluída a terceira fase do Projecto, referente ao restauro estrutural. Está agora a executar-se a quarta e última fase que abrange o aprestamento e o apetrechamento museológico do navio, cujos estudos preparatórios há muito têm vindo a ser efectuados.

O navio-museu, uma vez recuperado, irá essencialmente constituir um polo vivo de divulgação da História de Portugal e da sua Cultura, sendo os espaços disponíveis aproveitados para a realização de eventos, como referências, seminários, exposições, etc.

O facto de o navio poder ser rebocado ocasionalmente para outros portos do Continente irá aumentar o leque de facilidades a conceder. Para isso, será anualmente

elaborado pelo Museu da Marinha, um plano de utilização do navio. De acordo com as solicitações que, para o efeito, lhe sejam dirigidas e dentro das disponibilidades previstas, o Museu dará preferência aos Organismos, Empresas e Entidades contribuintes na recuperação da Fragata, dentro do espírito e objectivos já referidos para o projecto.

Igualmente está planeado dar destaque, em local nobre do navio, a todos os participantes do projecto, ficando o seu nome registado em livro de honra ou gravado em placa comemorativa, neste caso para aqueles que participaram com maiores contributos

Para acompanhamento do projecto está em funcionamento uma Comissão Executiva, nomeada pelo Almirante Chefe de Estado-Maior da Armada e adstrita ao seu Gabinete, que está apta a prestar esclarecimentos adicionais, podendo ser contactada conforme abaixo se indica.

A recuperação da Fragata "D. FERNANDO II E GLÓRIA", que conta com o alto patrocínio de Suas Ex^{as}. O Presidente da República e o Primeiro-Ministro, é um imperativo nacional. Depende um pouco de todos nós podermos deixar às gerações futuras um símbolo do passado que queremos dignificar e devemos honrar.

Se uma importante parte do projecto tem já a garantia do Estado que, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura o reconheceu de manifesto interesse cultural, a sua conclusão só será possível se se dispuser do apoio de todos.

Para além do interesse histórico do restauro do navio, que todos os Portugueses terão certamente o maior orgulho em apoiar,



Pormenor do restauro estrutural

aqueles que para ele contribuírem, a título individual ou através das suas Empresas ou Instituições, poderão beneficiar de importantes deduções fiscais no IRS e no IRC estabelecidas no novo regime do mecenato cultural, aprovado pelo Dec. Lei 65/93, de 10 de Março.

Os Oficiais da Reserva Naval não ficarão por certo indiferentes à concretização deste projecto de recuperação.

Admitimos que por recato, ninguém queira o seu nome numa placa, mas no livro de honra...

Quem o desejar e "todos somos poucos" deve enviar a sua contribuição para uma conta especificamente destinada à recuperação do navio, aberta na Caixa Geral de Depósitos - Agência da Cova da Piedade - conta nº 0268-009620-530 Arsenal do Alfeite - Fragata D. Fernando, com o NIB nº0035-0268-00009620530-67.

Espera-se, assim, que a "D. FERNANDO II E GLÓRIA" volte a singrar as águas do Tejo em 1998 o que, permitirá dar resposta ao que dizia o insigne jornalista Norberto Lopes "não se compreende, em boa verdade, que um país como o nosso, cujas tradições navais excedem as de qualquer outro país, deixe perder testemunhos eloquentes da sua brilhante história marítima sem tentar recuperá-los para uma grata contemplação das gerações actuais e para a edificação das gerações futuras".

NB - Mais importante do que as palavras são os actos. A Direcção da AORN decidiu na sua última reunião contribuir para o projecto de recuperação. Possivelmente só ficamos no livro de honra, mas ficamos certamente com um dever cívico cumprido.

Manuel de Sousa Torres
8º CEORN



No estaleiro da Ria-Marine, em Aveiro, antes do lançamento à água

O HOSPITAL DA MARINHA

RESUMO HISTÓRICO DE 200 ANOS DE ACTIVIDADE

Lembrar a história de qualquer instituição que atinja o duocentésimo ano de vida, em plena actividade, é quase uma obrigação.

Quando a instituição que se evoca é um Hospital, por definição vocacionado para o bem comum e alívio dos doentes, mais que uma obrigação é um imperativo moral.

Agradecendo desde já a compreensão dos leitores, o escrevinhador pede desculpa pela ousadia de tentar sintetizar nestas mal alinhavadas linhas a história, repleta de estórias, do Hospital de Marinha, história que não poucas vezes se cruza com a História do País, e sempre com a História da Medicina Portuguesa.

Aviso desde já os eruditos que é seguro que nada aprenderão no que se segue. Mais. Tenho a certeza que incorrerei na sua douda indignação pela omissão de factos, na sua opinião, relevantes, ou pela inclusão doutros perfeitamente negligenciáveis para a compreensão da continuidade e evolução do Hospital da Marinha.

A todos os Camaradas da AORN previno que, assim me ajude o engenho e arte, é minha intenção dar-vos uma panorâmica do que representou para a Marinha, para os marinheiros e para o nosso País, o desempenho do nosso Hospital.

É com a entrada para o Ministério da Marinha e Ultramar de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1796, reinava então D. Maria I, mas já com a regência de seu filho D. João,



D. João VI assinou o alvará régio da criação do Hospital

que se começa a gizar a existência de um Hospital privativo para a Marinha Real.

Até então, os corpos militares da Marinha, homens do mar, artilheiros e pessoal do Terço da Armada, quando de tal havia necessidade, eram internados nos Hospitais do Exército, ou mesmo em Hospitais Civis.

Recordemos aqui que o grande Hospital de Lisboa era, na altura, o antigo Colégio de Stº Antão - o ainda hoje Hospital de S. José - recuperado para o efeito em tempo brevíssimo pelo Marquês de Pombal, para obviar à total ruína do Hospital de Todos os Santos, muito danificado por um incêndio alguns anos antes e totalmente arrasado no dia 1 de Novembro de 1775.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho é um notável Homem de Estado, de visão moderna, esclarecida, que deixou obra administrativa e científica de grande merecimento no campo da Economia e Finanças.

Ao assumir a pasta da Marinha e do Ultramar, fê-lo num período particularmente difícil para Portugal, recém saído, como vencido, da infeliz campanha do Rossilhão, vendo o seu aliado da véspera - a Espanha Borbónica - converter-se em adversário de hoje, e obrigado pelo tratado de Basileia a suportar pesadas indemnizações de guerra. Encontrando o tesouro esgotado, uma administração ineficaz, a Marinha ineficiente e o Ultramar votado ao Deus dará, logo começou uma acção financeira administrativa notável a todos os títulos.

E é no plano de reformas da Marinha, que D. Rodrigo de Sousa Coutinho antevê, com grande sagacidade política, que num corpo militar organizado é fundamental a existência de um Serviço de Saúde, orgânica e funcionalmente coerente, capaz de acompanhar os efectivos desde a sua selecção, e de garantir a sua manutenção e a recuperação dos indisponíveis por doença, acidente ou combate.

É no próprio ano de entrada em funções que dá ordem ao então Físico Mor da Armada, Inácio Xavier da Silva, para providenciar local e instalações para um Hospital privativo da Marinha Real.

São escolhidas umas casas na Rua do Olival a Santos, mas cedo se verifica que não serviam.

Lança então D. Rodrigo de Sousa os olhos



Uniforme de físico-mor da Armada (1806)

sobre as instalações do Estado, sitas em Lisboa, e a sua escolha vai para o Recolhimento do Castelo, à Rua do Paraíso, a Sta. Clara, edifício que fora o Colégio de S. Francisco Xavier dos Jesuítas, convertido, após o decreto da expulsão, em asilo de mulheres.

O edifício é prontamente despejado e entregue, para no mesmo local se erigir o futuro Hospital Real da Marinha, por vezes também designado por Hospital de Santa Clara. Por Alvará Real, datado de 27 de Setembro de 1797, é criado o Hospital, Laboratório Químico e Dispensatório Farmacêutico.

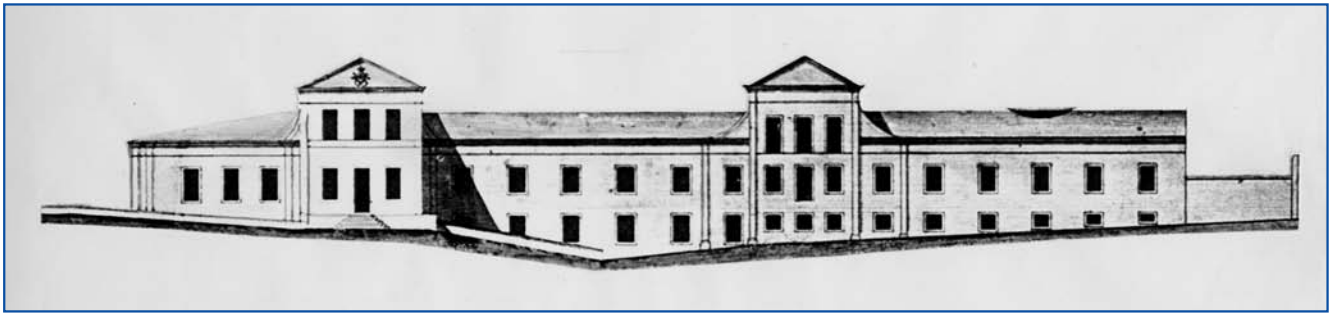
Para conseguir o arranque das obras foi necessário garantir um empréstimo a seis comerciantes da praça de Lisboa, a 5% de juros, e no valor de 150.000 cruzados.

Mas a história das derrapagens financeiras tem muito mais que duzentos anos em Portugal.

Cedo se verificou que a verba era insuficiente, bem como os terrenos adquiridos. Foi necessário comprar mais terreno a poente, pertença dos Condes de Resende.

Entretanto, em 1801, tem lugar a caricata e desprestigiante Guerra das Laranjas, com a invasão do norte do alentejo pelo Exército Espanhol, quedas sucessivas de praças e cidades de fronteira sem qualquer combate, e uma sucessão de desastres militares para as cores nacionais.

Portugal, humilhado, vê-se obrigado a assinar os Termos da Paz de Badajoz que, além de muitos milhares de cruzados, nos levaram em definitivo Olivença.



Hospital da Marinha à data da sua inauguração - Fachada Norte

D. Rodrigo de Sousa Coutinho pede a demissão para não pôr a sua assinatura no tratado.

Com a subida do novo Ministro - o Conde da Anadia, as obras do Hospital são suspensas por falta de verba.

Só por grande interesse do Príncipe Regente, a que não terá sido estranha uma carta de D. Rodrigo de Sousa, documento magistral onde se rebate ponto por ponto a argumentação aduzida pelo novo Ministro da Marinha e se avocam razões de peso para o recomeço da construção, novo empréstimo se pede e as obras lá recomeçaram, arrastando-se até 1806.

No 1º de Novembro de 1806, o Hospital Real da Marinha recebe, vindos do Hospital do Desterro, os primeiros doentes, bem como corpo clínico e serventuários.

Do edifício primitivo dos Jesuítas pouco se havia aproveitado, mas o que subsistiu ainda hoje lá está no mesmo sítio, dando boa serventia: as escadas que ligam a entrada da Rua do Paraíso à Sala do Príncipe, a elegante porta de acesso à Sala de Espera das Análises Clínicas, com o seu lintel de pedra lavrada, e o primeiro lanço de escadas que, da Sala do Príncipe, se dirige para o piso superior.

À data da inauguração era um elegante edifício de três pisos, de elevado pé direito, com os corpos principais ao longo do Campo de Santa Clara e Rua do Paraíso, encimados por frontões triangulares, muito ao gosto do neo-clássico, que se afirmava como estilo em Portugal.

No frontão que coroa a porta principal ainda hoje podemos admirar um elegante exemplo de pedra de armas nacionais, sobreposta a duas âncoras e no estilo conhecido por “jarra”, devido à exuberância das palmas e outros atributos vegetais que o emolduram, muito típico do tempo de D. João VI.

Com o corpo clínico de três Médicos para perto de 300 camas, distribuídas por várias enfermarias e três pisos, o Hospital

apresenta uma proporção médico / doente que hoje se estranhará.

A simplicidade da Medicina nos princípios do séc. XIX ainda permitia estas soluções.

Entretanto, Portugal está prestes a entrar num atribulado período da sua existência.

Com efeito, em 1807, Junot entra em Lisboa ainda com a esquadra que levava a Família Real, o Governo e grande número de cortesãos para o Brasil, por alturas de Belém.

A “infância” do Hospital Real da Marinha vai ser perturbada por esta sucessão de fenómenos históricos.

O primeiro Director do Hospital de Santa Clara é Inácio Xavier da Silva, que exercerá funções por 27 anos...

E que anos! Lisboa ocupada pelos Franceses, com El Rei Junot a mandar até 1808.

Depois, e sucessivamente, a semi ocupação britânica, a Revolução de 1820, o regresso da Corte, e os prólogos dos conflitos absoluto-liberais que culminam nas Guerras Civis.

Desse tempo resta, no Hospital, a primeira papeleta impressa... Escrita em francês e referindo-se a um soldado português mas, curiosamente, com data posterior à Convenção de Sintra, que marca a saída de Junot.

Mas, desse período perturbado, nem tudo foi mau.

Alguns factos de interesse para a História da Medicina Portuguesa prendem-se directamente com Médicos Navais e o Hospital da Marinha, e remontam a essa época.

Citemos Teodoro Ferreira de Aguiar, Cirurgião Naval, que, em 1798, gizou um projecto para o ensino da Cirurgia no Hospital da Marinha que infelizmente nunca foi posto em prática pela turbulência da época, mas que veio a servir de base, em 1825, a outro de sua autoria, que deu origem às Escolas Médico Cirúrgicas de Lisboa e do Porto, veneráveis antepassadas das actuais Faculdades de Medicina das duas cidades.

Outro grande vulto da Ciência Médica Portuguesa foi Bernardino António Gomes,

que fez parte do primeiro corpo clínico do Hospital, onde permaneceu até 1816.

Médico Naval desde os seus 28 anos, é autor de obra de investigação química e botânica dos Alcalóides das quininas e ipecacuanha, trabalhos que desenvolveu durante a sua comissão de Médico Naval no Brasil e que tiveram repercussão internacional. Reputado epidemiologista, notabilizou-se igualmente no tratamento de várias epidemias de tifo, com um índice de mortalidade baixíssimo para os padrões da época. Interessou-se especialmente pelas doenças de pele, tendo publicado, em 1820, o “Ensaio Dermosográfico ou Succinta e Systemática Descrição das Doenças Cutâneas”, baliza científica da Dermatologia moderna.

Foi o fundador do primeiro Instituto Vacínico Nacional e grande impulsionador da luta antivariólica em Portugal.

Entretanto, Inácio Xavier ia sustentando o melhor que podia o Hospital, que em 1811, se viu entregue ao Exército, para em 1816 ser de novo remetido para a Administração Naval.

Com o País dividido, o Estado paralisado, uma guerra fratricida consumidora de fazenda e de homens, não podia o Hospital permanecer um oásis.

Pouco a pouco vê-se invadido por levas de degredados, presos por delito de opinião, chegando ao ponto de ter todas as janelas gradeadas e ficar, pelos anos 30 do século XIX, verdadeiramente convertido em presídio, acumulando mais de 400 indivíduos, em condições sub-humanas.

Até o seu Director deixou de ser Médico... Em 1832 era dirigido pelo CTEN Sérvulo da Fonseca.

Em menos de trinta anos, a loucura dos homens havia convertido o projecto de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dum edifício hospitalar, “sólido, cómodo e sadio”, numa soturna prisão militar.

(continua)

Sub-Director do Hospital da Marinha
CMG MN Rui Abreu

TRANSCRIÇÃO DO PROTOCOLO COM O HOSPITAL DA MARINHA

Entre:

HOSPITAL DA MARINHA, com estabelecimento no Campo de Santa Clara, em Lisboa, aqui representado pelo seu Director - CMG/MN - José Albino da Costa Rebelo.

e, _____
AORN - Associação dos Oficiais da Reserva Naval com sede na Fábrica Nacional de Cordoaria, Rua da Junqueira, em Lisboa, aqui representada pelo Presidente da Direcção - Dr. António Henrique Rodrigues Maximiano -, _____ foi acordado o seguinte:

1º

É reconhecido aos sócios da AORN, seus cônjuges e respectivos descendentes e ascendentes quando a cargo ou coabitando com os sócios o direito de utilizarem os Serviços Clínicos, os Meios Auxiliares de Diagnóstico e os Meios de Internamento do Hospital. _____

2º

O direito conferido na cláusula anterior será naturalmente exercido, tendo em conta a capacidade instalada no Hospital e sem prejuízo do pontual cumprimento da missão essencial atribuída ao Hospital de Marinha e que se analisa na assistência na doença aos militares da Armada e seus familiares em linha directa. _____

3º

O direito de utilização do hospital da Marinha pelos sócios da AORN, cônjuges e respectivos ascendentes e descendentes abrange o internamento, a consulta em todas as valências clínicas utilizáveis do Hospital, nomeadamente: _____

- Anestesiologia e Reanimação _____ - Cirurgia Geral e Cardiovascular _____
- Cardiologia - Ecocardiografia _____ - Psiquiatria _____
_____ Electrocardiograma _____ - Patologia Clínica _____
_____ Doppler _____

Exames complementares decorrentes de qualquer especialidade desde que exequíveis no Hospital da Marinha. _____

* Só estão disponíveis quando pedidos pelas Consultas do Hospital da Marinha _____

4º

No exercício do direito de utilização do Hospital da Marinha que lhes é conferido, os sócios da AORN, seus cônjuges e respectivos ascendentes e descendentes identificar-se-ão com Cartão de Identidade de modelo aprovado por ambas as partes e emitido sob exclusiva responsabilidade da AORN _____

5º

Os sócios da AORN, seus cônjuges e ascendentes e descendentes pagarão os serviços prestados pelo Hospital da Marinha de acordo com as "Tabelas de Participação na Assistência na Doença aos Militares" previstas no Dec-Lei nº 585/73 que no momento da prestação estiverem em vigor, com a redução de 25% nos caso de internamento e intervenções cirúrgicas.

- Dermatologia _____ - Endocrinologia _____
- Estomatologia _____ - Fisiatria _____
- Gastrenterologia _____ - Ginecologia e Obstetrícia _____
- Hematologia (Hospital de Dia) _____ - Medicina Hiperbárica _____
- Imagiologia - Ecografia* _____ - Medicina Interna _____
_____ Tac* _____ - Neurologia e Electroencefalografia _____
_____ Mamografia* _____ - Oftalmologia _____
_____ Radiologia Convencional _____ - Ortopedia.... _____
- Otorrinolaringologia - Audiograma _____
_____ Timpanograma _____

6º

As partes comprometem-se a conjugar os seus melhores esforços no sentido de divulgar nos seus serviços, agentes e associados os termos deste Protocolo e os procedimentos a adoptar pelos potenciais beneficiários para o efectivo exercício do direito que o Protocolo lhes confere. _____

Feito em Lisboa, em duplicado, aos sete dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e sete. _____

